



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

A Psicologia Escolar Crítica e a luta por moradia: experiências desde a Amazônia em tempos de pandemia

Critical School Psychology and the Struggle for Housing: Experiences from the Amazon in Pandemic Times

Psicología Escolar Crítica y la Lucha por la Vivienda: Experiencias desde la Amazonía en Tiempos de Pandemia

Carmen Hannud Carballeda Adsuara
Ladislau Ribeiro do Nascimento
Solange Struwka

RESUMO

Este artigo reflete sobre a necessária aproximação entre a Psicologia Escolar Crítica e os movimentos sociais de luta por moradia. A partir de experiências em estágios supervisionados em Psicologia, no período da pandemia, em dois estados localizados na região Amazônica, identificamos: intensificação do sofrimento; precarização do acesso à educação formal pelas crianças; e estratégias utilizadas nas ocupações para amenizar as perdas e sofrimentos vivenciados pelas crianças. Apontamos a necessidade de avançarmos no debate e na articulação entre a Psicologia Escolar Crítica e os processos de formação e organização dos movimentos sociais de luta por moradia.

Palavras-chave: Psicologia Escolar Crítica; Moradia; Amazônia.

ABSTRACT

This article explores the essential connection between Critical School Psychology and social movements advocating for housing rights. Drawing on experiences from supervised internships in Psychology conducted during the pandemic in two states within the Amazon region, we identify several critical issues: an exacerbation of suffering among vulnerable populations; precarious access to formal education for children; and the strategies employed within occupations to mitigate the losses and traumas faced by these children. We argue for the necessity of advancing the dialogue and collaboration between Critical School Psychology and the processes of formation and organization of social movements for housing rights.

Keywords: Critical School Psychology; Housing; Amazon.

RESUMEN

Este artículo examina la conexión fundamental entre la Psicología Escolar Crítica y los movimientos sociales que abogan por el derecho a la vivienda. A partir de experiencias en prácticas supervisadas en

Psicología realizadas durante la pandemia en dos estados de la región amazónica, identificamos varios problemas críticos: una exacerbación del sufrimiento entre poblaciones vulnerables; precariedad en el acceso a la educación formal para los niños; y las estrategias empleadas en las ocupaciones para mitigar las pérdidas y traumas que enfrentan estos niños. Sostenemos que es necesario avanzar en el diálogo y la colaboración entre la Psicología Escolar Crítica y los procesos de formación y organización de los movimientos sociales por el derecho a la vivienda.

Palabras clave: Psicología Escolar Crítica; Vivienda; Amazonía.

Introdução

É um desafio ético-político abordar as relações entre escolarização e luta por moradia no Brasil porque as análises e discussões sobre a questão da moradia são praticamente invisíveis para a Psicologia, em que pese a cruel desigualdade social no país e em toda a América Latina. Além disso, as abordagens psicologizantes de diferentes correntes psicológicas limitam a compreensão dos fenômenos escolares e ignoram o contexto social de estudantes e familiares ao analisar, ideologicamente, o fracasso escolar e outros problemas relacionados à educação.

Todavía, a atual situação de desmonte de direitos, as sequelas deixadas pela pandemia e a crise estrutural do capitalismo podem propiciar ocasião oportuna para o aprofundamento dessa discussão (Saviani, 2020). Nesta perspectiva, escrevemos este ensaio coletivamente a partir de nossas experiências na luta pela moradia no Tocantins e em Rondônia, tendo como referencial a Psicologia Social de base sócio-histórica, Histórico-Cultural e a Psicologia Escolar Crítica (Tanamachi; Meira, 2003; Antunes, 2008; Souza, 2015).

A noção de criticidade que adotamos refere-se ao compromisso com a produção de análises que problematizam e desnaturalizam o que está posto como realidade dada, acabada. Com uma postura crítica, vislumbramos novas alternativas e buscamos contribuir na transformação dessa realidade marcada pela opressão, exploração e pelas práticas de dominação que afetam os mais empobrecidos.

Nossa leitura crítica de sociedade está apoiada no materialismo histórico e dialético. Assim, compreendemos o modo de produção capitalista como o principal determinante das relações sociais, engendrador do patriarcalismo,

racismo, desigualdades regionais, dentre outras. Esse sistema possui, como uma de suas principais tendências, a intensificação da exploração e da opressão daqueles que só tem a venda da força de trabalho como meio de subsistência, especialmente em períodos de crise, como a que enfrentamos na atualidade. Essa crise teve início em 2008 e, no Brasil, foi potencializada pelo golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff (Hur; Lacerda Júnior, 2017a), agudizando o sofrimento dos mais pobres em favor do aumento dos lucros das elites. Além do aumento da “exploração do homem pelo homem”, a destruição da natureza pelas grandes empresas e latifúndios – que é um componente central para o aumento da lucratividade e acúmulo de riqueza das classes dominantes brasileiras e imperialistas – se intensificou.

Esse quadro piorou significativamente com o início da pandemia do novo coronavírus (WHO, 2020). As elites brasileiras e o Estado, em especial o Presidente da República e o Exército, desconsideraram as orientações dadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionadas ao isolamento social, que era a única forma de controle do contágio e do aumento das mortes. Além disso, houve a aprovação de medidas contrárias aos direitos dos trabalhadores, que incluíram redução e congelamento dos salários, demissões em massa, aprovação de um auxílio emergencial cujo valor foi irrisório e com limitadas possibilidades de acesso por grande parte da população, além da aprovação de reformas trabalhistas e da privatização de estatais.

Orientados pelos preceitos neoliberais, o governo negligenciou a necessidade de efetivar políticas públicas voltadas às necessidades mais básicas da classe trabalhadora e, por outro lado, contribuiu para seu empobrecimento. De modo geral, seguiu vigorando, em especial no período pandêmico, a máxima do “lucro acima de tudo”.

Nesse contexto, os trabalhadores tiveram de se submeter a riscos de morte para manter ou conseguir uma renda, enquanto apenas uma pequena parcela da população tinha condições de se isolar socialmente. A fome se espalhou pelas periferias e campo, alcançando índices alarmantes. Itens básicos, como o gás, se tornaram inalcançáveis para várias famílias, que tiveram que passar a usar o fogão à lenha.

Crianças pobres, em geral negras, expuseram a gritante desigualdade ao se espalharem em maior quantidade pelas ruas, para pedir esmolas ou

vender balas, em busca do mínimo para sobreviver. Na região Norte, dentre outras particularidades, vivenciamos a chegada de grupos imigrantes provindos da Venezuela, inclusive indígenas da etnia Warao, o que fomentou a xenofobia e levantou novas demandas por políticas públicas, como as voltadas para a saúde, assistência social e educação.

Com a agudização da crise política e econômica na pandemia, um grande número de pessoas se encontrou sem recursos para custear suas despesas mais básicas, como a moradia, o que as obrigou a buscar outras maneiras de sobreviver. Milhares de pessoas foram forçadas a viver em situação de rua, ocupando calçadas, praças e outros locais impróprios.

De acordo com os dados do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a população em situação de rua, no Brasil, cresceu 38% entre os anos de 2019 e 2022, atingindo a quantidade de 281.472 pessoas nessa desumana condição (Natalino, 2023). No primeiro semestre de 2020, o Padre Júlio Lancellotti disse à rádio CBN que as ruas do estado de São Paulo estavam ficando cada vez mais cheias de famílias em situação de rua, destacando que, em geral, elas eram constituídas de mães solteiras com crianças em idade escolar.

As pessoas de baixa renda não conseguiram se isolar, ao contrário do que autoridades da área da saúde solicitaram. Por não terem uma renda mínima para garantir o acesso ao básico, a ocupação se tornou uma necessidade para garantir o direito à moradia. Dentre os inúmeros exemplos de territórios ocupados, podemos citar uma área central de Araguaína, no interior do Tocantins, onde foi formada a Ocupação Zumbi dos Palmares, e a Ocupação Miraflores, na periferia de Porto Velho, em Rondônia.

A Ocupação Zumbi dos Palmares acolheu mais de cem famílias que decidiram ocupar o terreno, doado pela presidenta Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato (2011-2014), para o programa Minha Casa Minha Vida-Entidades (Brasil, 2011). A doação se deu em 2013 porque, naquele momento, havia o risco de o "sonho da casa própria", que poderia ser viabilizado por políticas públicas, não se concretizar. A construção das casas seria difícil, no entanto, sem ocupação as famílias provavelmente perderiam o terreno definitivamente. Vale mencionar que a Secretaria de Patrimônio da União/SPU estava disputando o terreno por meio de um processo junto ao Ministério

Público Federal-MPF. Já a ocupação de Miraflores se deu em 2012 em um terreno periférico da capital de Rondônia, local onde as empresas descartavam entulhos. O espaço foi transformado em território para moradia de cinquenta famílias, sendo vinte e seis de imigrantes venezuelanos. Pela expansão dos residenciais nas bordas da cidade, o terreno ocupado passou a ser alvo de interesse das imobiliárias, que desde 2017 passaram a requerer a área como sua, submetendo as famílias a ameaças de despejos constantes.

É justamente neste cenário de tensões e disputas que a Psicologia Escolar e Educacional (PEE) pode fornecer subsídios teóricos e metodológicos para agir como campo de intervenções e resistência coletiva. É evidente que o cotidiano escolar de crianças e adolescentes que vivem em situações vulneráveis, como as descritas, sofrem os impactos diretos das condições precárias e incertas experimentadas pelas suas famílias e pelas milhares de pessoas que anseiam e lutam por moradia (Souza, 2002; Machado; Souza, 2004; Antunes, 2008).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), cabe aos profissionais inseridos na área da PEE somar forças junto a outros profissionais para garantir o acesso à formação qualificada. A busca pela democratização das relações escolares e a superação de práticas estigmatizantes e excludentes constituem o foco de estudos, intervenções e pesquisas nesta área (CFP, 2013).

Assim, a Psicologia Escolar Crítica, apoiada na abordagem sócio-histórica ou Histórico-Cultural, pode se tornar um referencial importante para embasar pesquisas e práticas no âmbito dos movimentos de luta por moradia. Além de oferecer subsídios teórico-metodológicos para intervenções em locais criados pelos movimentos, pode contribuir na construção de processos de conscientização, *quefazer* fundamental para as ações de resistência coletiva e reivindicação de políticas públicas e reformas estruturais.

Da Lei Áurea às parcas políticas públicas do Estado: a luta por moradia como imperativo

A escravatura foi abolida pela Lei Áurea durante o período imperial, em 1888, em meio às lutas e resistências de lideranças negras. Mulheres, crianças

e homens negros, depois de quase quatro séculos de escravidão, passaram a conviver com a falsa liberdade imposta por uma abolição cruel, que não foi acompanhada de políticas de reparação e outras formas de inclusão social. Sem terras, rejeitados pelos grupos dominantes, os ex-escravizados tiveram de lutar para sobreviver às margens da sociedade, com pouco ou sem qualquer recurso.

Nos séculos XIX e XX, a elite brasileira iniciou uma empreitada para “libertar o país” daquela população que havia sido aprisionada e tido sua força de trabalho explorada por mais de três séculos (Bolsanello, 1996). Entusiastas das teorias racistas originárias da Europa, como médicos, professores, juristas e outros intelectuais, projetavam uma nação branca. As ideias racistas da época afirmavam que os brancos eram superiores e que seriam os responsáveis diretos pelo crescimento do país (Schwarcz, 2015).

Naquele contexto, entendia-se a miscigenação como um componente da degeneração da raça. No entanto, em um segundo momento, entre as décadas de 1930 e 1940, o discurso sobre a miscigenação como um elemento capaz de formar uma população robusta, resistente e criativa ganhou tónus. De acordo com Ribeiro (2018), dali em diante, o mito da democracia racial e a negação do racismo se tornaram mais comuns no Brasil.

Com isso, a grande maioria da população brasileira, em especial negra, cresceu em condições miseráveis nas periferias das grandes cidades. A violência se espalhou e intensificou os conflitos sociais típicos de uma nação marcada pelos processos de exclusão associados com as desigualdades racial e social.

Em decorrência disso, estruturou-se a sociedade capitalista dos trópicos, constituída como um sistema racista e patriarcal (Almeida, 2018) que se assemelha ao modelo escravista de “casa grande e senzala”. Neste contexto, as formas de agrupamento familiar se distanciaram cada vez mais da imagem da “família estruturada”, tão presente no ideário da elite brasileira.

No Brasil, a estrutura familiar predominante não segue o modelo eurocêntrico burguês. Por conta dessa peculiaridade, o Estatuto das Cidades prioriza a função social da propriedade quando se trata do uso das áreas públicas da União, especialmente considerando as mulheres negras e periféricas que são, geralmente, mães-solo responsáveis por prover a família.

De acordo com o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), moradia digna é um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros. O que seria moradia digna? Nas palavras do psicólogo Marcus Ferreira, em uma entrevista mediada pelo professor e psicólogo Silvio Bock, seria "o lugar em que você colocaria a sua mãe"¹.

Fazendo cumprir a nossa carta constitucional, a Lei nº 11.977/09 (Brasil, 2009) instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida, vinculado ao Ministério das Cidades e Política Habitacional. O programa permite parcerias com entidades da sociedade civil, incluindo os movimentos sociais.

No bojo das políticas públicas para garantir o direito à moradia, no estado do Tocantins, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) construiu mais de seis mil casas populares financiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida-Entidades. Esta política fomentou a construção de milhões de casas no país, tendo como público prioritário as mulheres das camadas populares.

Ao longo desse período, o MNLN desenvolveu vários projetos. Contudo, nos anos seguintes, a política social foi gravemente danificada. Após o golpe de estado de 2016 e, posteriormente, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro na eleição presidencial de 2018, a vida das populações mais empobrecidas foi ficando cada vez mais precária. Além do aumento nos índices de desemprego, houve a destruição de políticas públicas e a perda de direitos (Sant'Ana; Júnior, 2022).

A devastação no setor de habitação foi expressiva. O Governo Federal fechou o Ministério das Cidades e criou a Secretaria de Desestatização e Mercado com o objetivo de intensificar a venda de áreas públicas da União. Muitas dessas áreas haviam sido destinadas a entidades que mantinham parcerias com o programa Minha Casa Minha Vida. Com efeito, mulheres e crianças da classe trabalhadora foram as mais afetadas, porque tiveram suas vidas colocadas em risco sem a segurança de um local de moradia.

A luta de classes está diretamente ligada à moradia, como afirma Martín-Baró, citado em Mendonça e Lacerda Júnior (2015). O autor acredita que dificultar o acesso à habitação é um método pelo qual as elites controlam

¹ Entrevista completa disponível em <https://www.pucsp.br/pucplay/video/desafio-profissao-psicologia-das-emergencias-e-desastres-exibido-10052019>. Acessado em 30 set. 2023.

os mais pobres. De um lado, temos a população sem-teto vivendo em situação de rua; do outro lado, o latifúndio ou as grandes propriedades gerando lucros cada vez maiores para os seus proprietários.

O sofrimento psicossocial, causado sobretudo pela falta de moradia digna, acentua a condição de opressão. Assim, apenas a resposta coletiva e participativa diante desta situação pode confrontar os opressores e fortalecer a luta das classes de sem-teto empobrecidos. Neste sentido, a luta por moradia produz subjetividade, constitui movimentos de grupos e pode operar de modo significativo na promoção do cuidado coletivo diante das ameaças e dos despejos cada vez mais intensos nesse contexto social e histórico.

Ainda que as medidas tomadas pelo governo tenham sido extremamente cruéis, houve resistência. Como uma força instituinte, potente e criativa (Castoriadis, 1999), em meio aos retrocessos e ao caos promovido naquele período, movimentos sociais e outras organizações fundaram a Campanha Despejo Zero – Em defesa da Vida no Campo e na Cidade. Houve mobilizações e apoio ao Projeto de Lei 1010/2020 de Despejo Zero, conforme uma Carta Pública dos Movimentos Sociais lançada à época:

A Organização das Nações Unidas, através do ONU-Habitat, tem estimulado que todas as medidas de proteção social e bem-estar sejam tomadas para evitar que ações de despejo e outras medidas de fragilização do direito à moradia adequada sejam praticadas de forma a trazer mais risco social e de exposição à Covid-19. Ao invés de haver um esforço governamental para que essas condições sejam minimamente mitigadas, para o melhor caminhar das famílias no período da pandemia da Covid-19, o que estamos assistindo por todo o pbockáis é a concretização de uma pandemia de despejos com anuência e participação de representantes dos poderes executivo e judiciário. Dados da Campanha Despejo Zero apontam que pelo menos 12 mil famílias foram retiradas de suas casas desde o início da pandemia e que outras 72 mil estão ameaçadas de despejo (Despejo Zero, 2020, p. 1-2).

Além desses atos de resistência, várias práticas antes consideradas assistencialistas, devido ao fato de desresponsabilizar o Estado e impedir processos de resistência, passaram a ser uma alternativa. Entre essas práticas estão doações e rateios feitos entre amigos e companheiros de luta contra a barbárie que se instalou no país.

No campo da PEE também tivemos respostas diante das incertezas e do sofrimento intensificados no contexto pandêmico. Houve a publicação de um livro emblemático, intitulado *Onde está a Psicologia escolar no meio da pandemia?* (Negreiros; Oliveira, 2021), que contém capítulos que relatam práticas promovidas durante os primeiros meses de pandemia. Estiveram em destaque, nas páginas da referida obra, inúmeras experiências promovidas na modalidade online com o objetivo de incluir e acolher estudantes e professores.

Naquele acentuado processo de intensificação da vulnerabilidade das populações empobrecidas, crianças e adolescentes sem-teto foram o público-alvo recorrente em nossas indagações e reflexões. Perguntávamos se as crianças e adolescentes conseguiam aprender. Haveria condições para preservação e continuidade dos estudos? Crianças e adolescentes em situação de rua, ou em assentamentos distantes das zonas urbanas, encontrariam possibilidades para se manter em seus processos de escolarização? O desmonte da educação, por meio de cortes orçamentários e da ausência de políticas públicas voltadas para a inclusão escolar, poderia ser enfrentado naquele momento? Estas preocupações nos levaram a pensar nas possíveis contribuições da PEE para a luta do MNLM. De que modo os pressupostos teóricos e as estratégias de intervenção da Psicologia Escolar Crítica nos apoiariam no enfrentamento daquela situação?

Psicologia Escolar Crítica e o movimento de luta por moradia: relatos de enfrentamentos no contexto pandêmico

Ao longo da história, a Psicologia esteve ideologicamente ligada aos objetivos das classes dominantes (Bock, 2003). Contudo, a partir da década de 1980, houve uma série de reposicionamentos e de conquistas através da constituição de abordagens críticas, sobretudo nas áreas de Psicologia Social e PEE, quando debates, análises e publicações viabilizaram uma leitura crítica da realidade social. Em ambas as áreas mencionadas, a construção de um arcabouço teórico crítico dependeu de autores que se basearam no materialismo histórico-dialético, tais como Vigotski, Leontiev e Luria (Meira; Antunes, 2003).

Assim, no campo da PEE, temas como fracasso escolar, queixas escolares, dificuldades de aprendizagem, violência escolar e precarização do trabalho docente figuraram em diferentes pesquisas e intervenções (Tanamachi; Meira, 2003).

Antes disso, é importante salientar, análises acríticas e ahistóricas foram frequentes e bem-sucedidas ao atribuir aos sujeitos as causas e as origens de uma grande quantidade de problemas relacionados aos seus percursos escolares, culpabilizando-os por seu suposto “fracasso escolar”. Por exemplo, por muito tempo, as chamadas dificuldades de aprendizagem foram tratadas como se tivessem origem na família ou na dimensão psíquica dos sujeitos, sobretudo nos contextos de pobreza, nos quais estigmas são criados e legitimados por discursos pseudocientíficos, defasados e impregnados de heranças racistas e eugenistas, a exemplo do que se observou a partir do predomínio da chamada “teoria da carência cultural” (Patto, 2007; Nascimento, 2019). As análises não consideravam a história, as estruturas sociais e institucionais, tampouco se referiam à falta de políticas intersetoriais necessárias para garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola.

A Psicologia hegemônica contribuiu – e infelizmente ainda contribui – para a naturalizar as desigualdades de nosso país. Exemplos notáveis dessa construção social são a culpabilização e a patologização das famílias pobres durante a suspensão das aulas presenciais e a adoção de aulas remotas na pandemia. Os tópicos sobre inteligência emocional, controle da ansiedade e do estresse, bem como o papel dos pais no desenvolvimento educacional dos filhos tornaram-se frequentes em palestras, podcasts e entrevistas em que psicólogas e psicólogos ignoravam as dimensões sociais e históricas relacionadas com a produção dos fenômenos postos em análise.

No fronte de resistência, em um esforço para reposicionar nossos saberes e fazeres de modo crítico, direcionamos nossas intervenções para as crianças e adolescentes em idade escolar vivendo em casas improvisadas, barracos esvaziados, com pouca mobília e, frequentemente, sem comida. O MNLM e vários outros movimentos sociais se empenharam na aquisição de kits de higiene e cestas de alimentos básicos para distribuição contínua. As pessoas em condições mais vulneráveis foram atendidas por ações pontuais,

de modo emergencial. Algumas cenas expostas a seguir expressam experiências vivenciadas naquele momento.

Primeira Cena: Direito à moradia digna e acesso às políticas públicas no território em que se habita

Por meio de uma parceria com uma faculdade particular, o MNLM inseriu estagiários de Psicologia para realizar um mapeamento sobre a evasão escolar em uma comunidade no Centro-Norte do estado do Tocantins, construída pela cooperativa de moradia do movimento popular por meio da modalidade Minha Casa Minha Vida-Entidades da política habitacional dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi identificado que os jovens que estudavam fora do território em que a comunidade estava inserida, bem como suas famílias, não estavam conseguindo transitar adequadamente na cidade para buscar tarefas ou merenda escolar devido a diminuição dos horários da linha de ônibus naquela parte da cidade, de modo que poderiam chegar na escola, mas não teriam como retornar para casa. Segundo as famílias visitadas pelos estagiários, isso estava dificultando, ou mesmo impedindo a permanência na vida escolar. A partir de tal constatação, foi encaminhado um ofício para a Defensoria Pública acerca da violação do direito à mobilidade urbana, denunciando a fragilidade da política de transporte na cidade. Contudo, tal ação não foi efetiva, evidenciando que outras estratégias deveriam ser formuladas coletivamente.

Segunda cena: A criminalização da pobreza contra as infâncias em luta por moradia e educação

Por meio de uma busca ativa, encontramos, no Centro-Norte do estado do Tocantins, uma família constituída por um homem e uma mulher adultos, uma mulher jovem e três crianças – uma em período de amamentação e dois em idade escolar. Estavam em uma situação improvisada de moradia, em uma construção abandonada em área pública da União, fruto de um processo de migração durante a pandemia. As crianças, matriculadas em uma escola em outra região do país, estavam com dificuldades de acompanhar as aulas remotas por falta de acesso à internet e até mesmo de aparelho celular adequado. Contudo, a dificuldade social da família abrangia, naquele momento, questões mais amplas. Nesse caso, acompanhado por um período pelo movimento popular, as crianças foram todas removidas do grupo familiar a partir de uma ação negligente do Conselho Tutelar, mediante uma denúncia acerca das condições de moradia e por uso de álcool e outras drogas no local. O Conselho Tutelar não fiscalizou a denúncia propriamente, apenas removeu as crianças sem acionar a rede de políticas públicas para tentar oferecer suporte à família, como ação prioritária. Ocorreu um tensionamento com o

Conselho Tutelar e a política de assistência social do município, e tal situação desdobrou-se em uma perseguição política, por parte da gestão do município, contra os psicólogos que atuavam no movimento de moradia, os quais já haviam sofrido algumas retaliações anteriormente em virtude de atuarem na perspectiva dos direitos e da dignidade humana.

Terceira cena: A xenofobia contra imigrantes venezuelanos e a organização coletiva como forma de enfrentamento

Famílias imigrantes venezuelanas têm chegado ao Brasil em números cada vez maiores, especialmente depois de 2014, período em que as políticas de sanções e embargos dos EUA se intensificaram, penalizando a população com a falta de acesso ao básico. Ao chegarem no Brasil, as famílias passam por inúmeras violências, dentre elas a xenofobia. A hostilidade com imigrantes, na sua maioria não brancos, ocorre também com as crianças, que sofrem com o novo contexto e idioma. Para amenizar esses sofrimentos, oferecemos atividades grupais, por meio da realização do estágio em Psicologia Social, realizadas com as mulheres e as crianças que viviam na ocupação Miraflores. Nas atividades feitas com as crianças, elas puderam se expressar por meio de desenhos e brincadeiras, demonstrando a saudade dos familiares que ficaram na Venezuela, as dores vivenciadas até a chegada em Porto Velho e as violências sofridas na escola, desferidas por colegas, professores e coordenação. Notamos que o grupo foi importante para o fortalecimento pessoal e coletivo das crianças, que, articulado com o grupo de mulheres/mães, se tornou um processo importante na construção de estratégias de enfrentamento às violências sofridas na escola.

Atuamos ativamente no enfrentamento de problemas impostos pela pandemia no cotidiano escolar de crianças e adolescentes em situação de insegurança habitacional. Unimos ensino, pesquisa e extensão para contribuir na luta contra as políticas de morte intensificadas na pandemia.

Embora haja iniciativas com potencial para aproximar práticas na área da PEE e movimentos sociais, há muito chão a ser percorrido neste sentido. Por mais que façamos pesquisas em contextos distantes daqueles privilegiados pelas abordagens psicológicas hegemônicas, nossa participação em movimentos populares dedicados à luta pela moradia é, ainda, muito tímida.

No entanto, estudos mais recentes mostram a possibilidade de atuarmos em conjunto com movimentos sociais (Hur; Lacerda Júnior, 2017b; Rosa; Sandoval, 2020). A maioria das pesquisas mencionadas situa-se nos campos da Psicologia Social e da Psicologia Política. A Psicologia Escolar Crítica, por

sua vez, orientada pelo materialismo histórico-dialético, articula-se com ambas as áreas citadas.

Destacamos um estudo recente que demonstra possibilidades de diálogos e alianças interessantes entre a Psicologia Escolar Crítica e o movimento da educação do campo (Souza, 2021). Nas palavras da autora, podemos:

Promover oficinas grupais; ou seja, abrir espaço para a produção de artefatos e para a realização de outras atividades, enquanto se dialoga e se discutem questões sensíveis ao cotidiano e à realidade dos participantes; em outras palavras, recomenda-se acesso às questões subjetivas a partir de atividades concretas que podem ser realizadas com grupos de homens, mulheres, crianças, ou jovens, a partir de alguma prática já existente em cada grupo. [...] Promover círculo de conversação; que possibilite um diálogo horizontal, tomando vivências, necessidades e queixas específicas do grupo como centro dos diálogos, proporcionando, a partir da construção coletiva, o acesso à criatividade para a formulação de propostas de ações sobre a realidade. [...] Mediar debates e discussões sobre o processo de luta, a partir do resgate da história e da memória que marcam a identidade da comunidade e dos grupos que a constituem, a fim de contribuir com a organização de projetos de vida, por meio de encontros, rodas de conversas e reuniões. [...] Criar espaços democráticos de expressão e debate, que permitam aos sujeitos espaços de fala sobre temas de interesse individual, familiar ou coletivo; e que abram espaços de escuta qualificada, em um movimento contrário ao silenciamento predominante [...]. Identificar pessoas em sofrimento psíquico e oferecer apoio psicossocial, e, se for o caso, acionar outros serviços de saúde e de assistência social. Promover ações educativas e de organização social a fim de orientar acerca dos direitos básicos e das instâncias promotoras da defesa desses direitos. Possibilitar o exercício de emancipação e autonomia perante práticas que propiciam dependência e a submissão em relação ao governo ou a qualquer outra instância capaz de coibir o potencial criativo de deliberar e decidir, e de assumir responsabilidades de forma individual ou coletiva. Desenvolver atividades de educação em saúde, considerando as demandas e necessidades dos sujeitos. Ofertar Orientação Profissional sob uma perspectiva crítica em PEE. [...] Promover orientações e esclarecimento aos pais, mães, familiares e/ou responsáveis, na busca de fortalecer a relação escola-família. [...]. Esclarecer a comunidade quanto ao papel, possibilidades e limites da escola (Souza, 2021, p. 61-62).

Assim, levamos em consideração a potente aliança com o MNLM. Diálogos, inquietações e inspiração para somar forças nessa luta são possíveis por meio de práticas de ensino, pesquisa e extensão nas resistentes e criativas

interloquções entre Psicologia Social e Psicologia Escolar Crítica. Importante demarcar que, além de sua participação direta no MNLM, a primeira autora deste artigo acumula experiências em supervisão de estágios obrigatórios realizados em ocupações e assentamentos associados com a luta por moradia no Tocantins.

Apesar dos esforços empreendidos para uma aproximação com movimentos sociais, reconhecemos a fragilidade dessa presença da Psicologia Escolar Crítica. Temos muito o que avançar neste sentido. Podemos promover projetos de conscientização, orientação, assessoramento, construção de recursos pedagógicos, acompanhamento especializado de crianças e adolescentes em idade escolar e promoção da saúde psicossocial.

Em resumo, a Psicologia Escolar Crítica oferece subsídios teóricos e metodológicos que podem apoiar a população na luta por moradia. Somos convocados para estarmos cada vez mais presentes nessa luta, seja em ocupações, assentamentos ou espaços de educação formal e não-formal em que os membros e o público-alvo do MNLM participam.

Considerações Finais

Em meio à crise pandêmica, houve uma intensificação dos desafios e impasses na vida escolar de milhares de crianças em todo o mundo. Nas regiões mais exploradas e menos desenvolvidas - em termos de infraestrutura estatal -, como é o caso de algumas cidades do Tocantins e Rondônia, observou-se o aumento nos índices de evasão escolar. Isso ocorreu, em parte, devido à virtualização das relações e das práticas escolares, pautadas no uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, pouco acessíveis para estudantes pobres.

A violação de direitos está entre as causas mais significativas de sofrimento e exclusão das pessoas empobrecidas. Quando um direito é violado, outros também o são, e, quando um membro de um grupo é atingido pelas sequelas da violação de direitos, outros tantos são impactados. Em outros termos, a violação de direitos ocorre em cadeia.

No caso de famílias sem-teto, em particular, a falta de moradia digna dificulta e muito o alcance de outros direitos básicos. A vida se torna cada vez mais árdua. Esta condição torna mais difícil o acesso ao emprego, além de

lançar as crianças e adolescentes para longe dos espaços escolares. A habitação, ou seja, o espaço e as condições para morar e ter acesso à cidade, é fundamental para a vida humana em uma sociedade capitalista ocidental.

Em um cenário de avanço das políticas neoliberais e intensificação da superexploração do trabalho, defender a educação implica em defender a moradia, o fim dos despejos, a construção e a ampliação de políticas públicas capazes de proteger sobretudo crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de rua.

Essa luta deve caminhar rumo à construção de uma sociedade que questione e vise superar as forças opressoras do machismo, do racismo, capitalismo e de todo o legado escravocrata reiterados nas relações cotidianas. Resistir, ocupar e estudar são palavras de ordem nessa luta.

Por fim, consideramos a relevância dos diálogos entre a Psicologia Escolar Crítica e a luta pela moradia. As alianças entre tais forças podem gerar bons frutos. A luta pela democratização da educação não pode ocorrer distante dos enfrentamentos pela garantia de direitos básicos.

Seguimos em resistência!

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. *In*: MEIRA, M.E.M, ANTUNES, M.A.M. (Org.). **Psicologia Escolar: Práticas Críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p.70-104.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, 2009.

BRASIL. **Resolução 182, de agosto de 2011.** Aprova o Programa Minha Casa, Minha Vida –Entidades – PMCMV - E. 2011.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 1 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. *Diário Oficial da União. Ministério da Educação*, Seção 1, Edição 53, página 39, Brasília, DF, 1 mar. 2020. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>> Acesso em 05 jun. 2022.

CASTORIADIS, Cornelius. **Feito e a ser feito:** as encruzilhadas do labirinto V. Trad. Lílian do Valle. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica.** Brasília, 2013.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 54, p. 969-978, 2020.

DESPEJO ZERO. **Carta pública dos Movimentos Sociais em apoio ao PL 001010/2020 Despejo Zero das Juntas Co-deputadas**, 2020. Disponível em <<https://uploads.strikinglycdn.com/files/ace0e148-5446-4ac0-abfc-7509317bae98/Carta%20p%C3%ABblica%20dos%20Movimentos%20Sociais%20em%20apoio%20ao%20PL%20001010%20PE.pdf?id=3408752>> Acesso em 4 jan. 2022.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Fome e pandemia de COVID-19 no Brasil. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas - RS, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.

HUR, Domenico Uhng; LACERDA JÚNIOR, Fernando. Psicologia e Democracia: Da ditadura civil-militar às lutas pela democratização do presente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília - DF, n. 37, p. 3-10, 2017a.

HUR, Domenico Uhng; LACERDA JÚNIOR, Fernando. Ditadura e insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e resistência armada. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília - DF, n. 37 (número especial), p. 28-43, 2017b.

MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proença (Orgs.). **Psicologia escolar:** em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MEIRA, Marisa Eugênio Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. (orgs). **Psicologia escolar:** práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MENDONÇA, Gabriel Silveira; LACERDA JÚNIOR, Fernando. A Psicologia da libertação e as questões habitacionais: história e constituição. **Teoria y Crítica de la Psicología**, n. 6, p. 102-121, 2015.

NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro do. Desigualdade racial e fracasso escolar de estudantes negras e negros. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, n.

4, p. 1-19, 2019. Disponível em < <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e6401> > Acesso em: 18 ago. 2023.

NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno de Oliveira. **Onde está a Psicologia Escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2022)** [Nota Técnica]. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023.

PATTO, Maria Helena Souza. "Escolas cheias, cadeias vazias" nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 21, p. 243-266, 2007. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300016> > Acesso em: 15 jun. 2023.

PAULA, Hermes Candido de; et al. Sem isolamento: etnografia de pessoas em situação de rua na pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília - DF, v. 73, p. 709-716, 2020.

RIBEIRO, Igo Gabriel dos Santos. Jovens negros: entre a regulação biopolítica e a economia da morte. *In*: SILVA, Maria Lúcia, et al (Orgs.). **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018. p. 249-264.

ROSA, Leandro Amorim; SANDOVAL, Antonio Mireles Sandoval. Campo de Potência: pistas para a produção de uma arma conceitual. **Psicologia & Sociedade**, n. 33, p. 1-16, 2020.

SANT'ANA, Nelson Gomes; JUNIOR, Silva. Prefácio. *In*: OLIVEIRA, I. F; SOUSA, B. S. de. **Psicologia e políticas sociais: conservadorismo em tempos de capital-barbárie**. Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora, p. 6-10, 2022. Disponível em < <https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Livro-Psicologia-e-Políticas-Sociais-1.pdf> > Acesso em: 30 set. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém - PA, v. 10, p. 1-25, 2020. Disponível em < http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2237-94602020000100012&script=sci_arttext > Acesso em: 15 ago. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Jayana Milhomem. **Encontros e desencontros entre Psicologia Escolar e Educacional e Educação do Campo**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2021. Disponível em < <http://hdl.handle.net/11612/4856> > Acesso em 08 ago. 2023.

SOUZA, Marilene Rabello Proença. Problemas de aprendizagem ou problemas de escolarização? Repensando o cotidiano escolar à luz da perspectiva Histórico-Crítica em Psicologia. *In*: M. K. Oliveira, T. C. Rego & D. T. R. Souza (Orgs.). **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002. p. 177-195.

SOUZA, Marilene Rabello Proença. Para uma Psicologia Popular na América Latina. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 171-174, 2015. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/116515>> Acesso em: 15 set. 2022.

TANAMACHI, Elenita de Rício; MEIRA, Marisa Eugênio Melillo. A atuação do Psicólogo como Expressão do Pensamento Crítico em Psicologia e Educação. *In*: M.E.M Meira, M.A.M Antunes. (Orgs.). **Psicologia Escolar: Práticas Críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 11-62.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Coronavirus disease (COVID-19) outbreak. Disponível em <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>> Acesso em 17 out. 2022.

Recebido em: 05/12/2023.


Aceito em: 18/10/2024.

Carmen Hannud Carballeda Adsuara

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Ciências Sociais e Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Professora nos Cursos de Pedagogia e Letras na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Militante no Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Áreas de interesse: Psicologia Escolar e Educacional e Psicologia Social Comunitária.

 carmen.hc@unitins.br

 <http://lattes.cnpq.br/8372974084142072>

 <https://orcid.org/0000-0003-4887-9125>

Ladislau Ribeiro do Nascimento

Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor no Curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Áreas de interesse: Psicologia Escolar e Educacional e Psicologia Social.

 ladislaunascimento@mail.uft.edu.br

 <http://lattes.cnpq.br/0594312091964432>


 <https://orcid.org/0000-0002-6980-706X>

Solange Struwka

Doutora (2019) e mestre (2016) pelo Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP. Graduada em Psicologia (2011) e Pedagogia (2008) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). É professora adjunta da graduação e da pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Áreas de interesse: Psicologia Social, Psicologia da Educação e Educação Popular.

 solange.struwka@unir.br

 <http://lattes.cnpq.br/2381242802808088>

 <https://orcid.org/0000-0002-5304-2648>